

A GEOGRAFIA, A CARTOGRAFIA, A DESCRIÇÃO E A ALIENAÇÃO

Ângela Massumi Katuta¹

Introdução

“Reconhecer a natureza contingente de nossas concepções de espaço não é desvalorizá-las – o espaço relativístico não é menos útil ou belo porque compreendemos sua inserção cultural. Mas, ao reconhecer isso, podemos nos tornar menos propensos a desvalorizar outras concepções de espaço. O fato de vivermos agora com dois tipos muito diferentes de espaço – espaço físico e ciberespaço – poderia também nos ajudar a ter uma atitude mais pluralista com relação ao espaço em geral. Em particular, poderia estimular uma maior abertura em relação aos esquemas espaciais de outras sociedades. [...] nossos esquemas espaciais são não apenas culturalmente contingentes, como historicamente contingentes. Uma visão definitiva ou suprema de espaço é coisa que não existe; há apenas um processo perene e aberto em que podemos descobrir constantemente novos aspectos desse fenômeno interminavelmente fascinante.” (WERTHEIM, 2001, p. 224).

A cartografia e geografia realizadas hegemonicamente nas instituições de pesquisa e ensino têm limitado seus discursos à descrição do real. O fundamento desta postura é a crença em um isomorfismo existente entre o signo, a linguagem e o real, expressão da assunção do ideal de cientificidade moderno constituído no contexto do modo capitalista de produção.

A referida postura pode estar indicando o estancamento do processo de conhecimento – do ser, do mundo e do ser no mundo –, cuja realização implica em um incessante movimento dialético entre o desconhecido e o conhecido.

No presente trabalho, abordo as concepções de conhecimento, verdade, linguagem e representação, presentes na cartografia e geografia hegemônicas, especificamente aquelas do ensino básico. São essas que indicam a ancoragem desses saberes em um projeto societário voltado à (re)produção da atual ordem social, deslegitimando espacialidades, mapas, cartografias e geografias produzidos pelo Outro que, nesta perspectiva, tem sido alijado do direito ao estabelecimento de leituras acerca das espacialidades vividas.

¹ Instituição: Universidade Estadual de Londrina
Endereço eletrônico: akatuta@uol.com.br

Resulta de todo este processo, a alienação, o estranhamento em relação ao mundo em que se vive, o processo de controle da subjetivação, portanto, da sujeição subjetiva voltada ao mundo do ter.

Não estou defendendo a necessidade da eliminação da descrição e muito menos da cartografia necessárias para a constituição dos saberes científicos, contudo, para a realização do conhecimento, principalmente aquele produzido no território da sala de aula, é preciso avançar para além delas.

Seriam as *Cartografias do desejo* propaladas por Guattari e Rolnik (1999) ou o *Atlas* elaborado por Michel Serres (1994) fortes indicadores do afloramento de uma cartografia em que o pensamento e seus produtos não romperam com o ser, sendo dele expressão? São respostas a essas questões que se intentou elaborar no presente trabalho.

A GEOGRAFIA, A CARTOGRAFIA, A DESCRIÇÃO E A ALIENAÇÃO

Ao longo da história da humanidade, os seres humanos ao modificarem, por meio do trabalho, as concepções que possuíam de si mesmos, do Outro e dos elementos da natureza, transformaram as suas noções de espaço e tempo, portanto, suas representações espaciais, seus mapas e sua própria geografia; aqui entendida como conhecimento ou conjunto de saberes e ações sobre e nos lugares que garantiu, até o momento, a sobrevivência humana. Wertheim (2001, p. 27) defende a tese de que:

[...] nossas concepções de espaço e as concepções que temos de nós mesmos estão inextricavelmente entrelaçadas. Como nós, seres humanos, estamos inextricavelmente incrustados no espaço, o que pensamos ser deve logicamente refletir em nossas concepções do esquema espacial mais amplo. Nesse sentido uma história do espaço torna-se também uma investigação de nossas concepções cambiantes de humanidade.

A existência de uma sobredeterminação entre as concepções de espaço, espacialidades, geografias e cartografias tecidas pelos seres humanos e suas identidades, é lugar comum nos debates científicos. Ao se transformarem as relações de produção, modificam-se as concepções de espaço, as espacialidades vivenciadas, os registros toponímicos, suas territorialidades e os próprios seres humanos, bem como as paisagens nas quais os mesmos vivem, eis a geografia do real à qual Moreira (2004, p. 177) se refere. A seguir apresento alguns mapas-múndi criados em diferentes momentos históricos, que ilustram o que foi afirmado até agora.

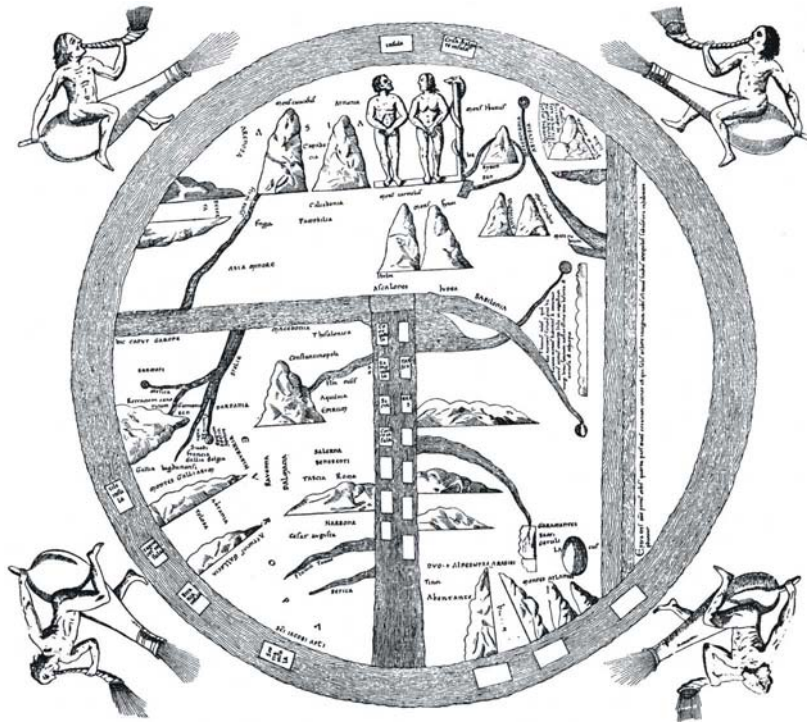


Figura 1 – Mapa-múndi TO (século XII)

Fonte: Dreyer-Eimbcke (1992, p. 48)

Os mapas TO ou mapas de roda foram produzidos na Idade Média. Os mais antigos que ainda hoje existem datam do século VIII². “A letra O representa simbolicamente um anel ou um oval, no qual se acha normalmente inscrito um T que resulta da subdivisão esquematizada em três continentes.” (DREYER-EIMBCKE, 1992, p. 47). Estão representadas no mapa a Ásia – porção superior –, a África – porção inferior direita do observador – e por fim, a Europa. Verifica-se que a Terra Santa, onde estão apresentados Adão, Eva e a serpente, está situada na porção superior do mapa, orientado sempre para o Oriente, em função da valorização da espacialidade fundada na cosmologia cristã.

[...] A haste do T é formada pelo mar Mediterrâneo entre a Europa e a África ou ‘Líbia’. O braço setentrional da trave é representado pelo

² Segundo Ginzburg (2001, p. 100 et seq.) o medo e desvalorização das imagens prevalecem em toda a Idade Média européia, daí a pequena variedade de mapas e pinturas no período. A *imago* era entendida como ficção, abstração, realidade pálida e empobrecida, por isso era desvalorizada. A *presentia*, palavra ligada há tempos às relíquias dos santos foi cada vez mais associada à eucaristia. Dessa maneira, em 1215, com a proclamação do dogma da transubstanciação, o medo das imagens lentamente começa a diminuir. “[...] Aprende-se a domesticar as imagens, inclusive as da Antiguidade pagã. Um dos frutos dessa reviravolta foi o retorno à ilusão na escultura e na pintura. Sem esse desencantamento do mundo das imagens, não teríamos nem Arnolfo di Cambio, nem Nicola Pisano, nem Giotto. A ‘idéia da imagem como representação no sentido moderno do termo’, de que Gombrich falou, nasce aqui.” (GINZBURG, 2001, p. 102). Mercantilismo, aristocracia e suas territorialidades, espacialidades, concepções de espaço e imagens nutrem relações muito profundas entre si, não por acaso, a Itália e a Holanda se tornaram destacadas produtoras de imagens, seja sob a forma de pinturas ou mapas. Sobre este assunto ver excelente livro de Svetlana Alpers (1999) intitulado *A arte de descrever*.

rio Don, pelo mar de Azov, pelo mar Negro e pela porção oriental do Mediterrâneo entre a Ásia e a Europa. O braço meridional é constituído pelo rio Nilo, que separa a Ásia da 'Líbia'. (DREYER-EIMBCKE, 1992, p. 47).

A cartografia hegemônica do Ocidente latino no Medievo, como todo e qualquer conhecimento, era elaborada conforme os preceitos bíblicos, sendo as escolas monásticas ou, de maneira geral, os clérigos seus principais produtores. O mapa de um mundo, criado pelo Deus cristão, era elaborado a partir da palavra divina revelada por meio da Bíblia, por isso, cartografia da Idade Média caracteriza-se por evidenciar a espacialidade hegemônica cristã. A palavra de Deus escrita na Bíblia, essencial para o entendimento do mundo à época e das verdades sobre ele, era elemento fundamental para a construção de mapas TO. Conseqüentemente, para entendê-los se fazia necessário um certo domínio da cosmologia cristã presente na Bíblia, especificamente do livro do Gênesis no Velho Testamento.

Muitos autores tendem a afirmar que os mapas elaborados nesta época expressavam uma visão subjetiva do mundo, em oposição às imagens consideradas objetivas presentes nos atuais planisférios³. Contudo, gostaria de salientar que esta se trata de uma afirmação questionável na medida em que uma tal oposição, tem como fundamento uma concepção absolutista da verdade e do significado do que seja ou não um conhecimento verdadeiro, expressão da concepção do ideal científico moderno, fundado em uma visão fisicalista e substancialista de mundo.

Lembremo-nos das sábias palavras de Elias (1998), que entende que todo conhecimento tem sido para os seres humanos um meio de orientação, essencial para a sobrevivência dos grupos sociais. Ora, se a racionalidade cristã bem como seus mapas perduraram por um longo tempo, foi exatamente porque tais conhecimentos eram relativamente congruentes com o que se concebia como realidade à época. Atendiam a demanda realizada pela sociedade naquele momento histórico, portanto, compunham o seu projeto societário. A divisão entre conhecimento subjetivo e objetivo, nesta perspectiva, deixa de fazer sentido na medida em que todo conhecimento é produzido social e espaço-temporalmente. A idéia da existência de um indivíduo independentemente da dimensão social é uma falácia. Sociedade e indivíduo nutrem entre si relações dialéticas, contudo, o segundo somente pode se realizar por meio das determinações sociais.

³ Dentre eles Kimble (2000, p. 235 et seq.), cujo livro intitulado *A geografia na Idade Média*, faz referência à cartografia da época, especificamente no Capítulo 8 intitulado *Os Mapas na Idade Média*. Para o autor: "[...] No todo, provavelmente é correto dizer que a grande maioria destes *mappaemundi* são para serem considerados como obras de arte e não de informação. Seus autores estavam criando algo muito diferente da malha cartográfica moderna cujo mérito é ser documento essencialmente útil, e por uma construção científica." (KIMBLE, 2000, p. 236).

Considerando o exposto, a afirmação de que os mapas TO apresentavam uma visão subjetiva do mundo, pelo fato de não se constituírem em fontes de informações objetivas, deve ser considerada, no mínimo, temerária. Expressa muito mais nossa incapacidade de entender ou racionalizar sobre outras noções de espaço, espacialidades e mapas, como acertadamente afirma Wertheim (2001, p. 53) na epígrafe que abre o presente trabalho e no trecho que segue: “[...] não somos capazes de conceber um lugar como ‘real’ a menos que tenha uma localização matematicamente precisa do espaço físico.” Daí muitos autores contemporâneos usarem os termos, virtual, simbólico ou imaginativo para se referirem aos mapas medievais, querendo assim indicar que se tratavam de quase-mapas, pré-mapas ou algo próximo aos mapas elaborados pelos ocidentais no contexto de sua concepção moderna de espaço que, nesta perspectiva, é absolutizada ou considerada a única possível e a mais verdadeira.

Bevan e Phillot (apud Kimble 2000, p. 238) afirmam que “[...] um mappamundi medieval, para ser devidamente apreciado, deveria, num grau considerável, ser visto como um romance ilustrado.” A despeito das concepções reducionistas ou moderna de espaço, espacialidade e de mapas utilizados pelos autores, é importante destacar que sua afirmação indica o caráter ou fundamento narrativo⁴ do mapa TO medieval, em oposição ao mapa moderno, eminentemente descritivo. Evidencia também a oposição entre mapa moderno, considerado científico em uma perspectiva científica moderna e mapas que revelam outras cosmologias, considerados como não objetivos, na visão hegemônica ocidental moderna.

A matéria da descrição é um objeto, ser, coisa, paisagem, sentimento. Supõe uma representação mais congruente com uma realidade empiricamente existente, daí sua maior tendência à monossemia. “Descrição miudamente fiel é, como certos quadros, uma espécie de natureza morta.” (Garcia, 1995, p. 231).

Alpers (1999) ao estudar a arte de descrever por meio da pintura holandesa, especificamente a partir das obras de Vermeer e Rembrandt, conclui que esta era eminentemente descritiva, em comparação com a produção italiana caracterizada pela autora como sendo narrativa. Ao identificar a pintura holandesa como descritiva, afirma ter nela existido um impulso cartográfico. Dessa maneira, traça um paralelo extremamente interessante entre cartografia moderna e pintura daí a mesma afirmar que, apesar de atualmente os cartógrafos e historiadores de arte terem concordado em manter a separação

⁴ Garcia (1995, p. 239) afirma que a matéria da narração é o fato ou um episódio real ou fictício, entendida como qualquer acontecimento de que o ser humano participe direta ou indiretamente. A narração supõe ação, um enredo, tendendo portanto, mais à polissemia do que uma descrição. É importante salientar que entendo que inexistem a monossemia e polissemia em si e *per se*, essas devem ser consideradas no contexto dos jogos de linguagem socialmente realizados. Um objeto ou linguagem não são monossêmicos ou polissêmicos em si, dependendo dos usos sociais que deles se fazem, acabam por apresentar maior ou menor grau de polissemia.

entre cartografia e arte, essa é uma fronteira que teria “[...] intrigado os holandeses. Pois numa época em que os mapas eram considerados um tipo de pintura, e em que as pinturas desafiavam os textos como uma maneira fundamental de compreender o mundo, a distinção não era nítida.” (ALPERS, 1999, p. 253).

É preciso salientar que ao contrário do que muitos pensam, o divisor de águas entre as pinturas e os mapas não é tão nítido quanto parece. Os exemplos mostrados por Alpers (1999) e os mapas de povos pré-históricos estudados pela equipe de Harley e Woodward (1987, 1994), demonstram esse fato de maneira inquestionável. Em diferentes momentos históricos, cartografia e pintura se distanciam, se aproximam, amalgamam, qual o movimento de ritornelo⁵ em um grande concerto.

Não por acaso, as imagens, figurações espaciais ou mapas “pré-históricos” estudados pelo grupo de pesquisadores ligados a Harley e Woodward (1987, 1994) foram, igualmente, objetos de pesquisa dos historiadores de arte. Também Alpers (1999), como afirmei anteriormente, tende a questionar em seu estudo uma nítida distinção entre mapas e pintura. É que, se abordada em sua espaço-temporalidade, a cartografia e geografias produzidas pelos seres humanos nem sempre estiveram fundadas em uma concepção moderna de espaço, muito menos tiveram a mesma concepção de conhecimento, verdade, linguagem e representação. Subjacente a toda cartografia existem diferentes cosmologias e concepções de espaço que não são as mesmas, porque o modo de produção, bem como as relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio que os circundam e suas territorialidades são diferentes, conseqüentemente, seus mapas e geografias serão diferentes.

Ao defendermos a existência de uma nítida separação entre mapas e pinturas estamos descolando ambas as produções dos seus contextos espaço-temporais de realização, negamos as linguagens como práxis, enquanto relações humanas que são e, portanto, os jogos de linguagem nos quais elas se realizam. Este *Habitus* é próprio da cosmologia ocidental hegemônica que ao enfatizar a identidade do objeto, descolada das relações sociais na qual a mesma é tecida, tende a estancar o movimento do conhecimento. Retiramos tais produções do âmbito das práxis humanas e as diferenciamos somente a partir de sua forma, expressão de uma concepção moderna e hegemônica de espaço.

Na perspectiva científica moderna de mapa, fundada na concepção de espaço cartesiano-newtoniano-kantiano, são poucas as sociedades humanas que possuem mapas. Este entendimento me parece insustentável, dado que, a própria sobrevivência dos seres humanos implicou, necessariamente, na constituição e tecedura de cartografias, mapas e

⁵ Em um concerto clássico, a volta de todos os instrumentos da orquestra, após um solo instrumental.

geografias com graus de congruência com o real, adequados a cada formação social, cosmologia e modo de produção.

É importante destacar que uma distinção rígida entre cartografia e pintura somente faz sentido no contexto do *habitus* ocidental hegemônico que, ao cindir razão e sensibilidade, valoriza a primeira, portanto o mapa cartesiano-newtoniano, bem como as noções de espaço euclidianas e projetivas⁶ e as figurações espaciais que as expressam que permitirão, nesta perspectiva hegemônica, o entendimento geográfico do mundo. Eis a opção por noções de espaço e espacialidades realizada no contexto de um determinado modo de produção que, por meio das relações sociais, definirá a identidade dos objetos e sua legitimidade. É por meio desse entendimento que cartografias e geografias diferentes das nossas, produzidas por outros grupos sociais são relegadas à obscuridade.

Observa-se nos exemplos citados, a oposição característica da cosmologia ocidental hegemônica presente no raciocínio da identidade fundada na aparência, descolada do sujeito: ou uma figuração espacial é objetiva ou não, é mapa ou não. Esta oposição é perniciosa na medida em que nega o pensamento dialético ao aceitar a “dualidade destruidora⁷”, rompendo com a possibilidade de pensar o ser como sujeito e objeto ao mesmo tempo: “[...] a separação tradicional entre sujeito e objeto transforma-se em uma modalidade específica de autodeterminação consciente e não-consciente.” (SILVA, 1986, p. 53). Entendo que talvez, o raciocínio mais adequado a utilizar em relação aos mapas seria o de maior ou menor grau de objetividade que é bom lembrar, não existe *per si*, trata-se sempre de uma relação entre o que, nas relações sociais, é considerado mais ou menos legítimo, mais ou menos verdadeiro e mais ou menos objetivo.

Entendo que o mapa TO é uma figuração espacial que expressa a cosmologia hegemônica do Medievo, bem como sua espacialidade, portanto, sua concepção de espaço, fundada em elementos qualitativos e não quantitativos, pois a métrica do espaço não possuía tanta centralidade naquele modo de produção.

Via de regra, os escritos modernos sobre a produção cartográfica do referido período indicam a dificuldade dos pesquisadores em entenderem as noções de espaço e portanto, as espacialidades do Medievo. Essa dificuldade pode também ser entendida como um indicativo da valorização de uma visão suprema e absolutista do espaço, que aponta para a negação dos esquemas espaciais de outras sociedades, bem como de suas territorialidades, cartografias e geografias. Não por acaso, na geografia hegemonicamente

⁶ De maneira bem simplória, são as noções de espaço que se referem, respectivamente, à métrica, às distâncias e extensões e às projeções, perspectivas.

⁷ Termo usado por Pankow (1988, p. 185).

ensinada pelas escolas de massas, se estuda e dissemina a moderna noção de espaço, lentamente produzida para e pelo capital. Por isso, afirma Wertheim (2001, p. 55):

Não há palavras capazes de explicar o ‘lugar’ que não está em parte alguma, o ‘ponto’ que está em toda parte. Nenhuma metáfora pode descrever a fusão de corpo e alma na Unicidade que para os cristãos medievais era a fonte de tudo. No instante dessa visão beatífica, a linguagem finalmente falha a um de seus maiores expoentes. Espaço do corpo e espaço da alma amalgamaram-se num espaço único. O mistério está além da inteligência.

A linguagem falha porque cada noção de espaço e portanto, as espacialidades engendram diferentes linguagens. “[...] Assim como o ciberespaço não pôde ganhar existência até que novos tipos de linguagem para a comunicação eletrônica fossem desenvolvidos, assim também qualquer novo tipo de espaço requer o desenvolvimento de uma nova linguagem.” (WERTHEIM, 2001, p. 223). Em outras palavras, o desenvolvimento da linguagem – estrutura estruturada, estruturante e instrumento de poder – é a condição para a realização da espacialidade humana e portanto, para a construção de sua noção de espaço, seus territórios, cartografias e suas geografias. Espacialidades diferentes, necessariamente, se expressam-realizam por meio de linguagens igualmente diversas.

A seguir, está apresentado o mapa-múndi produzido por Macróbio em 1483 e, subseqüentemente, um outro, datado de 1850/51 produzido por John Tallis & Co que usa a projeção de Mercator para apresentar a rota da viagem realizada pelo capitão Cook:



Figura 2 – Mapa-múndi de Ambrósio Macróbio (1483)

Fonte: Dreyer-Eimbcke (1992, p. 118).



Figura 3 – Mapa moderno produzido por John Tallis & Co. (1850/51)

Fonte: Dreyer-Eimbcke (1992, p. 187).

Se compararmos as Figuras 1 e 2 se pode verificar que subjacente às mesmas, temos concepções diferenciadas de espaço, portanto distintas espacialidades, cosmologias, cartografias e geografias. No mapa de Macróbio, pode-se verificar que há um aumento significativo das massas de água em relação às terras emersas, ao contrário do mapa TO. Aparecem também outros continentes e locais, ao mesmo tempo em que suas localizações começam a se tornar mais congruentes com o real.

É no período situado entre o Medievo e o Renascimento que os mapas vão se tornando mais descritivos que narrativos. Não por acaso, muitos deles, cada vez com maior frequência, passam a apresentar a palavra *Descriptio*. Segundo Alpers (1999, p. 247) “[...] Esse era um dos termos que mais se usavam para designar o empreendimento cartográfico. Os autores ou editores de mapas eram referidos como ‘descritores do mundo’, e seus mapas ou atlas como o mundo descrito.” Observa-se que foi exatamente na passagem do modo de produção feudal para o capitalista, que ocorreu a constituição da crença ocidental no isomorfismo entre a linguagem e o objeto que ela representa. O mapa passa a ser entendido como instrumento de descrição do mundo tal qual ele é, ocultando-se as relações entre modo de produção e produção cultural, entre mapas cartesianos-newtonianos, o *habitus* das classes sociais hegemônicas e as espacialidades a elas inerentes.

Apesar de inexistir uma exata separação entre narração e descrição, Alpers (1999) nos chama a atenção para a necessidade da distinção entre as tendências narrativas e

descritivas em pinturas e mapas, isso porque elas podem nos auxiliar no discernimento entre esses dois modos de produzir figurações espaciais. “[...] Descritivo é, de fato, um modo de caracterizar muitos dos trabalhos que estamos acostumados a qualificar de realistas.” (ALPERS, 1999, p. 30). Tais obras se caracterizam pela quietude ou imobilidade, sintoma da oposição existente entre estas e os pressupostos da arte narrativa.

“Parece haver uma proporção inversa entre descrição atenta e ação: a atenção à superfície do mundo descrito se faz em detrimento da representação da ação narrativa.” (ALPERS, 1999, p. 30). Para a autora, “[...] as imagens descritivas, pelo menos no século XVII, eram fundamentais para a compreensão ativa do mundo pela sociedade.” (ALPERS, 1999, p. 31). Eis o ponto de vista ou a crença moderna que a geografia da leitura ou escolar irá também assumir no século XVIII e, com maior eficácia, no XIX, no processo de disseminação da territorialidade das escolas voltadas para os trabalhadores.

Foi Panofsky que, ao comentar a obra descritiva do holandês Jan van Eyck, fez uma brilhante caracterização da descrição:

[...] opera como um microscópio e como um telescópio ao mesmo tempo [...] o observador é compelido a oscilar entre uma posição razoavelmente afastada da pintura e várias posições muito perto dela [...] Nem um microscópio nem um telescópio se prestam para observar a emoção humana. [...] A ênfase antes é na quietude que na ação. [...] Medido pelos padrões ordinários, o mundo do Jan van Eyck maduro é estático. (PANOFSKY apud ALPERS, 1999, p. 30).

Dessa maneira, fica óbvia a diferença entre o mapa TO, narrativo, e os mapas de Macróbio e de John Tallis & Co, nesta perspectiva, tendendo e apontando para a descrição. Por meio da comparação das Figuras 1, 2 e 3, nota-se também que com o passar dos anos, cada vez mais o mapa ocidental hegemônico avança rumo à descrição.

É importante salientar que na pintura, principalmente a partir do século XIX, ocorre um movimento diametralmente oposto ao da cartografia, bem como da geografia hegemônicas. Isso porque nesse campo artístico, passa à existência, um sentimento de menosprezo às obras descritivas que aparentemente, representavam tudo o que existia na natureza “de maneira exata” e “não seletiva”⁸.

O referido sentimento se tornará cada vez mais fortalecido entre a aristocracia e as elites urbanizadas e letradas da Europa, o que levou a uma certa desvalorização da arte descritiva. Alpers (1999) entende esse processo como resultante do desprezo que os grupos

⁸ Eis um exemplo didático que mostra que a exatidão e a seleção são idéias social e espaço-temporalmente construídas e legitimadas por grupos hegemônicos.

hegemônicos europeus cultivavam em relação aos camponeses da Holanda setentrional: “[...] único lugar na Europa da época onde mais de cinquenta por cento da terra era propriedade de camponeses. [onde]⁹ Diferentemente de outros países, o poder senhorial era fraco ou inexistente.”(ALPERS, 1999, p. 286).

O fundamento do sentimento de desprezo das classes hegemônicas para com a arte descritiva residia, segundo Alpers (1999, p. 31-32), no primado da mente sobre os sentidos, na valorização da instrução sobre a ignorância. Afinal, para entender a arte narrativa fazia-se necessário ter domínio sobre a história a qual ela se referia, disponibilizada ou por meio da tradição oral ou, a partir do advento da imprensa ocidental¹⁰, por meio da linguagem escrita, inicialmente acessível apenas às elites. A arte descritiva apenas deleitava aos olhos e, do ponto de vista do seu consumo, como a concebemos hodiernamente, essa produção nasce com os holandeses¹¹. O desprezo pela arte descritiva revelava o temor da decadente aristocracia européia pelos camponeses e os novos ricos que despontavam no horizonte social.

O mapa de Macróbio aponta para as radicais mudanças que as noções de espaço, as espacialidades hegemônicas e as imagens do mundo irão sofrer, junto aos ocidentais nos séculos posteriores. A Terra se encontra dividida em zonas, já se vislumbra um exercício de classificação – zona frígida, incógnita, antípoda –, as superfícies de água aumentam, o que equivale dizer que este mapa, em comparação com o TO, primou ou valorizou uma maior congruência com a realidade fundada na métrica, essencial ao desenvolvimento do capital. Embora as lendas ainda nele estejam presentes, se compararmos os três mapas (Figura 1, 2 e 3), podemos afirmar que o de Macróbio sinaliza ou indica a mudança de ventos nos rumos da cartografia e da própria geografia em direção à descrição, o que as levou a distanciarem-se da narração¹².

O mapa produzido por John Tallis & Co fundado nas modernas concepções de espaço, de conhecimento, verdade, linguagem e representação, indica a opção da cartografia hegemônica pela exatidão em uma perspectiva métrica, portanto, pelas relações

⁹ Grifo da autora.

¹⁰ Os primeiros livros impressos foram feitos por chineses e japoneses no século VI. No século XV, o ourives alemão Johannes Gutenberg criou a imprensa de tipo móvel, método de impressão que permitia imprimir grandes quantidades de páginas a baixo custo, em um menor tempo. (BENDER, 1994, p. 26-27). Observa-se já no período em questão, o emprego da lógica do capital: produzir mais, a custos cada vez mais baixos em menor tempo.

¹¹ Sobre esse assunto ver Alpers (1999).

¹² Segundo Alpers (1999, p. 31) Leon Battista Alberti afirmará que a *storia* na pintura (narrativa) “[...] comoverá a alma do observador quando cada homem aí pintado mostrar claramente o movimento de sua alma. A história bíblica do massacre dos inocentes, com suas hordas de soldados enfurecidos, crianças moribundas e mães aflitas, foi o epítome daquilo que, deste ponto de vista, a narração pictórica e portanto a pintura devem ser.” É interessante destacar que a pintura narrativa tinha como foco os seres humanos e não a natureza, concebida à época como imóvel e imutável.

espaciais projetivas e euclidianas¹³. Doravante serão considerados mapas apenas aquelas representações cartográficas que estiverem fundadas na cosmologia moderna.

Ao desconsiderar outras geografias, cartografias, concepções de espaço e cosmologias, a geografia hegemonicamente ensinada nas escolas tende a estancar o movimento do conhecimento. O desdobramento desse entendimento pode ser verificado no simples fato de que a geografia que se estuda, é a produzida no contexto do modo de produção capitalista. Nega-se portanto, a existência de outras cosmologias que possuem concepções de espaço, espacialidades, territorialidades, cartografias e geografias distintos daquela produzida hegemonicamente no Ocidente.

Entendo que a ênfase do ensino da geografia na espacialidade hegemônica acaba por conduzir à alienação, na medida em que provoca um estranhamento no aluno em relação à geografia vivida por ele e aquela presente na sala de aula, voltada ao entendimento da territorialidade do capital.

A criança, o aluno como adequadamente nos alerta Vygotsky e Luria (1996) não é um adulto em miniatura, com menor quantidade de saberes e experiências, é um ser especial, qualitativamente diferente. Sua forma de entendimento de mundo é distinta daquela do adulto, daí a necessidade de que se respeite, no processo de ensino e aprendizagem suas singularidades, ou seja, suas espacialidades e formas de ver o mundo. É a partir dos infundáveis movimentos que partem do real, das singularidades e avancem para particularidades e generalidades que o conhecimento sobre o mundo pode ser construído.

Para tanto, há que se modificar nossas concepções de conhecimento, verdade, linguagem e representação, como adequadamente indicam Guattari e Rolnik (1999) e Serres (1994). A pureza e a homogeneidade fizeram parte de cosmologias que tenderam ao absolutismo, portanto, à desconsideração, eliminação e desrespeito pelo Outro, como a do Ocidente moderno e de muitas sociedades que o precedeu.

Não se trata de tornar hegemônicas outras espacialidades, cartografias e geografias, antes se trata de entender que existem grupos sociais que possuem cosmologias muito diferentes daquelas elaboradas no contexto da civilização ocidental hegemônica moderna. E que portanto, as geografias e cartografias produzidas por vários grupos sociais devem adentrar à sala de aula, caso contrário, ainda estaremos fadados a crer na existência de apenas uma concepção de geografia, espacialidade, territorialidade e cartografia e assim, acreditar na verdade e no conhecimento absolutos.

¹³ Relações espaciais que, de uma maneira ampla, dizem respeito, respectivamente, às perspectivas e à métrica euclidiana.

REFERÊNCIAS

- ALPERS, Svletana. *A arte de descrever*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BENDER, Lionel. A era da Imprensa. _____. *Invenções*. São Paulo: Globo, 1994. p. 26-27.
- DREYER-EIMBCKE, Oswald. *O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica*. São Paulo: Melhramentos; Edusp, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 16.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. (Ed.). *The History of Cartography: Cartography in Prehistoric, ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v.1.
- HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. (Ed.). *The History of Cartography: Cartography in the traditional east and southeast Asian societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. v.2.
- KIMBLE, George H. T. *A geografia na Idade Média*. Londrina: UEL, 2000. M MOREIRA, Ruy. *O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina – 1*. Niterói: Edições AGB Niterói, 2004.
- PANKOW, Gisela. *O homem e seu espaço vivido: Análises Literárias*. Campinas: Papirus, 1988.
- SERRES, Michel. *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- SILVA, Armando Corrêa da. *De quem é o pedaço? Espaço e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- WERTHEIM, Margaret. *Uma história do Espaço: de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.